

COMITÊ FISCAL

PAUTA DE ASSUNTOS – JANEIRO 2024

ICMS	2
LEGISLAÇÃO	2
JURISPRUDÊNCIA	3
IPI	5
JURISPRUDÊNCIA	5
IR E CSLL	6
LEGISLAÇÃO	6
JURISPRUDÊNCIA	6
PIS E COFINS	7
JURISPRUDÊNCIA	7
DIVERSOS	9
LEGISLAÇÃO	9
JURISPRUDÊNCIA	9

ICMS

LEGISLAÇÃO

1. ES - REMESSA INTERNA E INTERESTADUAL DE BENS E MERCADORIAS ENTRE ESTABELECIMENTOS DE MESMA TITULARIDADE – NÃO INCIDÊNCIA DO ICMS E TRANSFERÊNCIA DE CRÉDITOS – DISCIPLINA – ALTERAÇÕES PROMOVIDAS NO RICMS/ES
 - **Decreto Nº 5590-R, de 02 de janeiro de 2024 (DOE-ES 03.01.24)**
2. MA - REMESSA INTERNA E INTERESTADUAL DE BENS E MERCADORIAS ENTRE ESTABELECIMENTOS DE MESMA TITULARIDADE – NÃO INCIDÊNCIA DO ICMS E TRANSFERÊNCIA DE CRÉDITOS – DISCIPLINA – ALTERAÇÕES PROMOVIDAS NO RICMS/MA
 - **Decreto Nº 5590-R, de 02 de janeiro de 2024 (DOE-MA 03.01.24)**
 - **Resolução Administrativa nº 01, de 2 de janeiro de 2024 (DOE-MA 19.01.24)**
 - **Resolução Administrativa nº 02, de 15 de janeiro de 2024 (DOE-MA 19.01.24)**
3. MG - REMESSA INTERNA E INTERESTADUAL DE BENS E MERCADORIAS ENTRE ESTABELECIMENTOS DE MESMA TITULARIDADE – NÃO INCIDÊNCIA DO ICMS E TRANSFERÊNCIA DE CRÉDITOS – DISCIPLINA – ALTERAÇÕES PROMOVIDAS NO RICMS/MG
 - **Decreto nº 48.768, de 26 de janeiro de 2024 (DOE-MG 27.01.24)**
4. MS - REMESSA INTERESTADUAL DE BENS E MERCADORIAS ENTRE ESTABELECIMENTOS DE MESMA TITULARIDADE – OPERAÇÃO ANTERIOR COM DIFERIMENTO DO ICMS - RESPONSABILIDADE PELO RECOLHIMENTO DO IMPOSTO DIFERIDO – ALTERAÇÕES PROMOVIDAS NO RICMS/MS
 - **Decreto nº 16.372, de 31 de janeiro de 2024 (DOE-MS 31.01.24)**
 - **Resolução Nº 3.356, de 29 de dezembro de 2023 (DOE-MS 02.01.24)**
5. MT - REMESSA INTERESTADUAL DE BENS E MERCADORIAS ENTRE ESTABELECIMENTOS DE MESMA TITULARIDADE – NÃO INCIDÊNCIA DO ICMS E TRANSFERÊNCIA DE CRÉDITOS – DISCIPLINA – ALTERAÇÕES PROMOVIDAS NO RICMS/MT
 - **Decreto nº 657, de 30 de janeiro de 2023 (DOE-MS 02.01.24)**
6. PB - REMESSA INTERESTADUAL DE BENS E MERCADORIAS ENTRE ESTABELECIMENTOS DE MESMA TITULARIDADE – NÃO INCIDÊNCIA DO ICMS E TRANSFERÊNCIA DE CRÉDITOS – DISCIPLINA – ALTERAÇÕES PROMOVIDAS NO RICMS/PB

- **Decreto nº 44.694, de 02 de janeiro de 2024 (DOE-PB 03.01.24)**
 - **Decreto nº 44.696, de 04 de janeiro de 2024 (DOE-PB 05.01.24)**
- 7. PR - REMESSA INTERESTADUAL DE BENS E MERCADORIAS ENTRE ESTABELECIMENTOS DE MESMA TITULARIDADE – NÃO INCIDÊNCIA DO ICMS E TRANSFERÊNCIA DE CRÉDITOS – DISCIPLINA – ALTERAÇÕES PROMOVIDAS NO RICMS/PR**
- **Decreto nº 4.709, de 31 de janeiro de 2024 (DOE-PR 31.01.24)**
- 8. RN - REMESSA INTERNA E INTERESTADUAL DE BENS E MERCADORIAS ENTRE ESTABELECIMENTOS DE MESMA TITULARIDADE – NÃO INCIDÊNCIA DO ICMS E TRANSFERÊNCIA DE CRÉDITOS – DISCIPLINA – ALTERAÇÕES PROMOVIDAS NO RICMS/RN**
- **Decreto nº 33.331, de 26 de janeiro de 2024 (DOE-RN 27.01.24)**
- 9. SE - REMESSA INTERESTADUAL DE BENS E MERCADORIAS ENTRE ESTABELECIMENTOS DE MESMA TITULARIDADE – NÃO INCIDÊNCIA DO ICMS E TRANSFERÊNCIA DE CRÉDITOS – DISCIPLINA – ALTERAÇÕES PROMOVIDAS NO RICMS/SE**
- **Decreto nº 553, de 11 de janeiro de 2024 (DOE-SE 12.01.24)**
- 10.SP – SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA – RELAÇÃO DE MERCADORIAS SUJEITAS AO REGIME – ALTERAÇÕES PROMOVIDAS NA PORTARIA CAT nº 68/2019**
- **Portaria SRE nº 04, de 30 de janeiro de 2024 (DOE-SP 31.01.24)**
- 11.SP – SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA – OPERAÇÕES COM PRODUTOS ELETRÔNICOS, ELETROELETRÔNICOS E ELETRODOMÉSTICOS - RELAÇÃO DE MERCADORIAS SUJEITAS AO REGIME – ALTERAÇÕES PROMOVIDAS NA PORTARIA SRE nº 59/2022**
- **Portaria SRE nº 06, de 30 de janeiro de 2024 (DOE-SP 31.01.24)**
- 12.NF-E - TABELA DE ALÍQUOTAS DE FCP – ALÍQUOTAS NOS ESTADOS DO AMAZONAS, CEARÁ E MINAS GERAIS**
- **Publicação de Tabela Atualizada e correspondente Informe Técnico**

JURISPRUDÊNCIA

- 13.SP - REMESSA DIRETA DO BEM PELO ESTABELECIMENTO FORNECEDOR PARA O COMODATÁRIO, POR SOLICITAÇÃO DO ADQUIRENTE (COMODANTE) – OPERAÇÃO ENTRE CONTRIBUINTE DENTRO DO TERRITÓRIO PAULISTA – APLICAÇÃO DA DISCIPLINA DE REMESSA À ORDEM – POSSIBILIDADE DESDE QUE OBSERVADAS AS ADAPTAÇÕES NECESSÁRIAS**
- **Resposta à Consulta Tributária nº 26788, de 06 de janeiro de 2023 (DE-SP 09.01.24)**

14.SP – CRÉDITO ACUMULADO - COMPENSAÇÃO COM IMPOSTO EXIGIDO EM AIIM – PERMITIDA A LIQUIDAÇÃO DESDE QUE O CRÉDITO ACUMULADO ESTEJA RECONHECIDO NO SISTEMA E-CREDAC

- **Resposta à Consulta Tributária nº 28925, de 08 de janeiro de 2024 (DE-SP 09.01.24)**

15.SP – OPERAÇÃO DE IMPORTAÇÃO – SUSPENSÃO PARCIAL DO ICMS DEVIDO NO DESEMBARAÇO ADUANEIRO – REGIME ESPECIAL CONCEDIDO (ARTIGO 327-J DO RICMS/SP) – PROCEDIMENTOS PARA A EMISSÃO DA NF-E

- **Resposta à Consulta Tributária nº 29047, de 15 de janeiro de 2024 (DE-SP 16.01.24)**

16.SP - IMPOSTO LANÇADO EM AIIM – PARCELAMENTO DA DÍVIDA ATIVA – MOMENTO DO LANÇAMENTO DO CRÉDITO FISCAL CORRESPONDENTE NA ESCRITA DO CONTRIBUINTE

- **Resposta à Consulta Tributária nº 29064, de 11 de janeiro de 2024 (DE-SP 12.01.24)**

IPI

JURISPRUDÊNCIA

1. CRÉDITOS – ELEMENTOS FILTRANTES UTILIZADOS EM SISTEMAS DE FILTRAÇÃO, PURIFICAÇÃO OU PASTEURIZAÇÃO NÃO SE ENQUADRAM NO CONCEITO DE INSUMOS OU DE PRODUTOS INTERMEDIÁRIOS DO IPI
 - **Precedente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais**

IR E CSLL

LEGISLAÇÃO

1. DEBÊNTURES DE INFRAESTRUTURA – REGIME TRIBUTÁRIO DE RETENÇÃO – POSSIBILIDADE DE EXCLUSÃO DOS JUROS PARA EFEITOS DE LUCRO REAL
 - **Lei nº 14.801, de 9 de janeiro de 2024 (DOU 10.01.24)**

JURISPRUDÊNCIA

2. DEDUÇÃO DO JCP RELATIVO A PERÍODOS ANTERIORES – POSSIBILIDADE
 - **Precedente do Superior Tribunal de Justiça**
3. PERSE – ADESÃO INDEPENDENTEMENTE DA INSCRIÇÃO NO CADASTUR – POSSIBILIDADE
 - **Precedente do Tribunal Regional Federal da 3ª Região**
4. CRÉDITO PRESUMIDO DE ICMS – NÃO INCIDÊNCIA – VIOLAÇÃO AO PACTO FEDERATIVO
 - **Precedente da Justiça Federal do Distrito Federal**
 - **Precedente da Justiça Federal de São Paulo**
5. SALDO NEGATIVO – EMPRESA EM FASE PRÉ-OPERACIONAL – IRRF SOBRE RECEITAS FINANCEIRAS – POSSIBILIDADE DE APROVEITAMENTO
 - **Precedente da Câmara Superior de Recursos Fiscais**
6. REMESSAS AO EXTERIOR A TÍTULO DE PAGAMENTO PELA ALIENAÇÃO A PRAZO DE PARTICIPAÇÃO SOCIETÁRIA – VARIAÇÃO CAMBIAL – IMPOSSIBILIDADE DE INTEGRAR O GANHO DE CAPITAL – CÁLCULO COMO RENDIMENTO DE CAPITAL – RETENÇÃO NA FONTE
 - **Solução de Consulta nº 02, de 25 de janeiro de 2024 (DOU 29.01.24)**

PIS E COFINS

JURISPRUDÊNCIA

1. PERSE – ADESAO INDEPENDENTEMENTE DA INSCRIÇÃO NO CADASTUR – POSSIBILIDADE
 - **Precedente do Tribunal Regional Federal da 3ª Região**
2. LEI Nº 14.789/23 – CRÉDITO PRESUMIDO DE ICMS – NÃO INCIDÊNCIA – VIOLAÇÃO AO PACTO FEDERATIVO
 - **Precedente da Justiça Federal do Distrito Federal**
 - **Precedente da Justiça Federal de São Paulo**
3. IPI NÃO RECUPERÁVEL – INCLUSÃO NA BASE DE CÁLCULO DOS CRÉDITOS – POSSIBILIDADE
 - **Precedente da Justiça Federal do Ceará**
4. FRETE NA AQUISIÇÃO DE INSUMOS NÃO TRIBUTADOS – POSSIBILIDADE DE CREDITAMENTO
 - **Precedente da Câmara Superior de Recursos Fiscais**
5. DESPESAS COM *PALLETS* – POSSIBILIDADE DE CREDITAMENTO
 - **Precedente da Câmara Superior de Recursos Fiscais**
6. DESPESAS COM INDUMENTÁRIAS E LIMPEZA OPERACIONAL – POSSIBILIDADE DE CREDITAMENTO
 - **Precedente da Câmara Superior de Recursos Fiscais**
7. INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS – DESCONTOS CONCEDIDOS NAS QUITAÇÕES DE DÍVIDAS – NÃO CONFIGURAÇÃO DE RECEITA – TRIBUTAÇÃO APENAS DO MONTANTE EFETIVAMENTE ACRESCIDO AO PATRIMÔNIO
 - **Precedente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais**
8. REGIME MONOFÁSICO – DESCONTOS CONCEDIDOS POSTERIORMENTE – IMPOSSIBILIDADE DE TRIBUTAÇÃO UMA VEZ QUE O MONTANTE TOTAL JÁ FOI INTEGRALMENTE TRIBUTADO NO ELO ANTERIOR
 - **Precedente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais**
9. CRÉDITO PRESUMIDO DE ICMS – MERA REDUÇÃO DE CUSTO – NÃO INCIDÊNCIA
 - **Precedente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais**
10. DESPESAS COM CAIXA DE PAPELÃO UTILIZADA NO TRANSPORTE DE MERCADORIA – POSSIBILIDADE DE CREDITAMENTO

- **Precedente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais**

11. REGIME ESPECIAL DE COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA – VENDAS DE ENERGIA NO AMBIENTE DE CONTRATAÇÃO LIVRE (ACL) - IMPOSSIBILIDADE

- **Solução de Consulta nº 8.018, de 06 de novembro de 2023 (DOU 11.01.24)**

DIVERSOS

LEGISLAÇÃO

1. APROVAÇÃO DO TEXTO CONSOLIDADO DAS NOTAS EXPLICATIVAS DO SISTEMA HARMONIZADO DE DESIGNAÇÃO E DE CODIFICAÇÃO DE MERCADORIAS (NESH)
 - **Instrução Normativa RFB nº 2.169, de 29 de dezembro de 2023 (DOU 08.01.24)**
2. HABILITAÇÃO AO REGIME DE UTILIZAÇÃO DO CRÉDITO FISCAL DECORRENTE DE SUBVENÇÃO PARA IMPLANTAÇÃO OU EXPANSÃO DE EMPREENDIMENTO ECONÔMICO – REGULAMENTAÇÃO
 - **Instrução Normativa RFB nº 2.170, de 29 de dezembro de 2023 (DOU 02.01.04)**
3. CPF – REGULAMENTAÇÃO
 - **Instrução Normativa RFB nº 2.172, de 09 de janeiro de 2024 (DOU 10.01.24)**
4. LIMITES PARA A COMPENSAÇÃO DE CRÉDITOS DECORRENTES DE AÇÕES JUDICIAIS
 - **Portaria Normativa MF nº 14, de 05 de janeiro de 2024 (DOU 05.01.24)**
5. REGULAMENTAÇÃO DAS SESSÕES DO CARF
 - **Portaria CARF nº 08, de 04 de janeiro de 2024 (DOU 05.01.24)**
6. REGULAMENTAÇÃO DOS CRITÉRIOS PARA INCLUSÃO, PELO CARF, DOS JULGAMENTOS EM SESSÕES PRESENCIAIS OU HÍBRIDAS
 - **Portaria CARF nº 09, de 04 de janeiro de 2024 (DOU 05.01.24)**

JURISPRUDÊNCIA

7. TAXA DE FISCALIZAÇÃO MINERÁRIA – INCONSTITUCIONALIDADE – FALTA DE PROPORCIONALIDADE ENTRE COM O VALOR DA DESPESA PARA FISCALIZAÇÃO DA ATIVIDADE
 - **Precedente do Supremo Tribunal Federal**
8. RECUPERAÇÃO JUDICIAL – REDIRECIONAMENTO DA COBRANÇA AOS SÓCIOS – POSSIBILIDADE
 - **Precedente do Superior Tribunal de Justiça**

9. REDIRECIONAMENTO DA EXECUÇÃO AO FIADOR – PRAZO PRESCRICIONAL – APLICAÇÃO DO ENTENDIMENTO FIRMADO NO TEMA 444

- **Precedente do Superior Tribunal de Justiça**

10. QUITAÇÃO ANTECIPADA DE PARCELAMENTO – REDUÇÃO DOS JUROS REALIZADA SOBRE O MONTANTE DO VALOR ORIGINARIAMENTE DEVIDO – IMPOSSIBILIDADE DE QUE A EXCLUSÃO DE 100% DA MULTA DE MORA OU OFÍCIO IMPLIQUE REDUÇÃO PROPORCIONAL DOS JUROS

- **Precedente do Superior Tribunal de Justiça**

11. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA – HORA REPOUSO ALIMENTAÇÃO – CARÁTER INDENIZATÓRIO – NÃO INCIDÊNCIA

- **Precedente do Tribunal Regional Federal da 1ª Região**

12. ITBI – TRANSFERÊNCIA PARA INTEGRALIZAÇÃO DE CAPITAL SUBSCRITO – NÃO INCIDÊNCIA – IRRELEVÂNCIA DA ATIVIDADE IMOBILIÁRIA

- **Precedente do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul**

13. ITCMD – SOBREPARTILHA DE BENS DESCONHECIDOS – NÃO INCIDÊNCIA DOS JUROS E MULTA

- **Precedente do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo**

14. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA – PLANO DE SAÚDE – ABRANGÊNCIA A TODOS OS EMPREGADOS E DIRIGENTES – DESNECESSIDADE DE COBERTURA IGUAL E HOMOGÊNEA – NÃO INCIDÊNCIA

- **Precedente da Câmara Superior de Recursos Fiscais**

15. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA *HIRING BONUS* – INCIDÊNCIA

- **Precedente da Câmara Superior de Recursos Fiscais**

16. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA – PLR – PAGAMENTO EM DESACORDO COM A LEI Nº 10.101/00 – REGRAS ESTABELECIDAS NO DECORRER DO PERÍODO AQUISITIVO – INCIDÊNCIA

- **Precedente da Câmara Superior de Recursos Fiscais**

17. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA – PLR – PAGAMENTO COM PERIODICIDADE SUPERIOR A DUAS VEZES POR ANO – INCIDÊNCIA

- **Precedente da Câmara Superior de Recursos Fiscais**

18. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA – PLR – RECUSA DO SINDICATO EM PARTICIPAR DAS NEGOCIAÇÕES – OBRIGAÇÃO DO EMPREGADOR EM COMUNICAR O OCORRIDO – NÃO OBSERVÂNCIA – INCIDÊNCIA

- **Precedente da Câmara Superior de Recursos Fiscais**

- 19. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA – PLR – SOCIEDADE LIMITADA – PAGAMENTO A DIRETORES NÃO EMPREGADOS – INCIDÊNCIA**
- **Precedente da Câmara Superior de Recursos Fiscais**
- 20. ITR – ÁREA DE INTERESSE ECOLÓGICO – NECESSIDADE DE ATO ESPECÍFICO DO PODER PÚBLICO PARA EXCLUSÃO DA BASE DE CÁLCULO**
- **Precedente da Câmara Superior de Recursos Fiscais**
- 21. PESSOA JURÍDICA COM DÉBITOS EM ABERTO – DISTRIBUIÇÃO DE LUCROS – MULTA - CABIMENTO**
- **Precedente da Câmara Superior de Recursos Fiscais**
- 22. ERRO NA IDENTIFICAÇÃO DO SUJEITO PASSIVO – ERRO DECORRENTE DE INFORMAÇÕES E DOCUMENTOS APRESENTADOS PELO PRÓPRIO AUTUADO – NULIDADE POR ERRO FORMAL**
- **Precedente da Câmara Superior de Recursos Fiscais**
- 23. LANÇAMENTO EM NOME DA EMPRESA INCORPORADA – ERRO NA IDENTIFICAÇÃO DO SUJEITO PASSIVO - INOCORRÊNCIA**
- **Precedente da Câmara Superior de Recursos Fiscais**
- 24. SOCIEDADE LIMITADA – DISTRIBUIÇÃO DESPROPORCIONAL DE LUCROS – POSSIBILIDADE**
- **Precedente da Câmara Superior de Recursos Fiscais**
- 25. COMPENSAÇÃO – DENÚNCIA ESPONTÂNEA – IMPOSSIBILIDADE**
- **Precedente da Câmara Superior de Recursos Fiscais**
- 26. PER/DCOMP – TRANSMISSÃO DE DCTF RETIFICADORA ANTERIORMENTE AO DESPACHO DECISÓRIO – OBRIGATORIEDADE DE ANÁLISE – NULIDADE DO DESPACHO DECISÓRIO**
- **Precedente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais**
- 27. SETOR DE TECNOLOGIA E INFORMÁTICA – BENEFÍCIO FISCAL – CRÉDITO FINANCEIRO – POSSIBILIDADE DE APROVEITAMENTO APENAS PARA COMPENSAÇÃO – FALTA DE REGULAMENTAÇÃO DO RESSARCIMENTO**
- **Solução de Consulta nº 01, de 24 de janeiro de 2024 (DOU 25.01.24)**